

Crianças e Distanciamento Social: breve análise de uma proposta pública para a Educação Infantil

Pollyanna Rosa Ribeiro¹

O presente trabalho indica alguns efeitos do distanciamento que as crianças pequenas matriculadas na rede pública de ensino estão suscetíveis no período de pandemia da doença COVID-19, com destaque à ruptura com as vivências e experiências promovidas nos Centros Municipais de Educação Infantil. O texto tem como finalidade apresentar e analisar as propostas pedagógicas que a Rede Municipal de Ensino de Goiânia, uma capital do centro-oeste brasileiro, traz à comunidade educacional da Educação Infantil por meio da plataforma aberta “Conexão Escola”. Para a construção deste texto foi necessária a abordagem de cada uma das sugestões apresentadas às famílias das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, que se propõe indicar ações a serem desenvolvidas com as crianças em âmbito doméstico. Percebe-se que as orientações destinadas às famílias respeitam parcialmente os modos de aprendizagem das crianças, defendendo as trocas sociais e as brincadeiras, contudo falta subsídio material e simbólico que chegue diretamente à criança, pois o uso de telas é de certa forma incentivado. Não se presentifica uma oferta material que estabeleça laço mnêmico ou vínculo com o contexto institucional e a realidade singular da criança.

Atualmente a humanidade percebe-se mais fragilizada pela pandemia em curso causada pelo novo coronavírus. A COVID-19, doença decorrente desse agente infeccioso altamente transmissível, ainda é pouco conhecida, mas sabe-se que a forma mais prudente de evitá-la é aumento de medidas higienistas e distanciamento social. E qualquer fenômeno social que ameaça a vida humana impacta direta e profundamente na vida das crianças. Cabe apontar aqui dois efeitos diretos do confinamento das crianças em casa: a vulnerabilidade frente à violência e a perda da memória da vivência pedagógica proporcionada pela interrupção da frequência às instituições de Educação Infantil.

No primeiro caso, o afastamento da instituição educativa pode ser considerado como um fator que agrava a incidência de violência sexual contra as crianças, pois segundo o Ministério da Saúde (2018) as notificações evidenciam que os casos ocorrem majoritariamente no contexto intrafamiliar e as crianças e os adolescentes do sexo feminino são as vítimas mais frequentes.

Porém, este trabalho se debruçará sobre o segundo efeito da pandemia indicado acima e tem como objetivo levantar reflexões acerca do desvanecimento das oportunidades de aprendizagens no contexto da Educação Infantil a partir de uma breve análise da proposta de atendimento remoto para crianças de até 5 anos da Rede Municipal de Educação (RME) de Goiânia, capital do estado de Goiás, localizado no centro-oeste brasileiro. Para aquelas que têm seu direito à Educação Infantil garantidos, isto é, que já participam da vida institucional, que convivem e aprendem com professores e seus pares em um contexto intencionalmente organizado, a ruptura com a rotina se deu de forma abrupta e a resposta das secretarias municipais de educação não se deu de forma imediata.

Além disso, convém lembrar que ainda há uma imensa demanda que essa rede pública não consegue atender. Com mais de 150 instituições de sua própria gestão ou conveniadas, a RME de Goiânia possui uma lista de espera, em que uma rasa consulta no site do portal da prefeitura da capital em questão permite a visualização que cada uma dessas instituições possui uma fila de dezenas de crianças aguardando vagas, em especial nas creches, mas a espera também abarca a pré-escola, já obrigatória desde a Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9694/96.

O aporte legal da Educação Infantil, mais especificamente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DNCEI, 2009) traz como eixos fundamentais para o desenvolvimento dos processos educativos a interação e brincadeira. Consideradas como pilares estruturantes para a formação humana, são aqui consideradas as formas mais privilegiadas de aprendizado da criança e que permitem articular seus saberes prévios com as múltiplas linguagens e conhecimentos abordados na Educação Infantil. Já a Base Curricular Nacional para a Educação Infantil (BNCC, 2017), de forma confluyente com o documento anterior, traz como foco a garantia de direitos de aprendizagem, sintetizados nas ações de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

¹ Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, Brasil.
E-mail: pollyannarr@hotmail.com

Nesse sentido, a existência da Educação Infantil está ancorada nas vivências e experiências que emergem um contexto coletivo orientado por pedagogos e outros licenciados do campo artístico e da educação física, os quais dedicam-se significativa parte de seus estudos à infância e o desenvolvimento infantil, justamente para promover aquilo que a realidade doméstica não tem condições de ofertar no processo educacional.

Em Goiânia, a interrupção do atendimento dos CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) ocorreu no dia 16 de março de 2020 e mais de um mês depois, exatamente no dia 22 de abril, ocorreu o lançamento da plataforma on-line denominada “Conexão Escola”, que traz proposições para os níveis do sistema educacional que o município é responsável, a saber: Educação Infantil e Ensino Fundamental, regular e EAJA (Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos). A primeira postagem contém um vídeo explicativo e semanalmente ocorrem atualizações.

As atividades aqui apresentadas datam do mês de abril até a segunda semana do mês de maio. Ao que se destina à Educação Infantil, a plataforma tem uma subdivisão que segue a lógica organizacional apreçoada pela BNCC, ações voltadas aos bebês (de até 1 ano e seis meses de idade), crianças bem pequenas (de 1 ano e sete meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (de 4 a 5 anos e 11 meses). Para conhecer e refletir sobre a proposta da RME de Goiânia, a questão que conduzirá a discussão é: quais ações e concepções estão implicadas na propositura dessa plataforma para a Educação Infantil?

A cada semana ocorreu uma nova postagem que contemplou as sugestões listadas a seguir. 1) Indicação de um aplicativo de uma fundação oriunda de uma instituição financeira que oferta livros de literatura infantil digitalizados. 2) Exibição do vídeo *Conversa boa vem de berço* da fundação Maria Cecília Souto Vidigal que fala a respeito da importância de conversar com os bebês. 3) Indicação do projeto *Crianceiras* com a exibição de poemas de Manoel de Barros que foram musicados. 4) Recomendação para as famílias apreciarem a pílula 68 do documentário “O começo da vida” que aborda a temática do brincar.

Para os bebês, apenas na primeira semana de maio disponibilizou-se um material específico para a faixa etária: 5) Orientação para que as crianças brinquem com utensílios de cozinha. 6) Indicação do canal do Youtube *Rock Your Babies* para a escuta de músicas instrumentais. 7) Convite aos familiares atentarem-se à arte no cotidiano a partir do vídeo *Experimentar e Apreciar Diferentes Formas de Arte* da fundação Laboratório de Educação.

Para as crianças bem pequenas e crianças pequenas existem “abas” próprias para essas faixas etárias, porém quando se observa cada uma delas, nota-se que não há distinção de material, o que pode passar facilmente despercebido. As propostas iniciais acima enumeradas 1, 2, 3 e 4 foram aqui replicadas de forma idêntica aos bebês. Em maio surgiu a especificação de outras atividades: 8) Disponibilização do livro digital no formato PDF intitulado *Carta às meninas e aos meninos em tempos de covid-19*. 9) Exibição do clipe musical “*Duelo de Mágicos*” da Palavra Cantada. 10) Indicação de clipes diversos do grupo artístico *Tiquequê* disponíveis no Youtube.

Essa divisão etária só tem sentido se for, de fato, percebida a partir da peculiaridade dos interesses, necessidades e curiosidades mais presentes em cada tempo de vida, dos bebês, das crianças oralizadas e das crianças que já têm maior autonomia. Ora, se existem poucas distinções entre as especificidades típicas da idade, por que o material foi assim estruturado? Por que não assumir que a ramificação foi pautada em creche e pré-escola, por exemplo?

Considerando obviamente que as propostas são direcionadas às famílias no papel de mediação, pouco mais da metade das publicações são voltadas para a ampliação do repertório dos familiares com a finalidade de oferecer um suporte pela via da instrumentalização e da conscientização do que é importante priorizar no processo formativo das crianças.

As orientações aos pais que a plataforma traz chamam a atenção para a interação oral das famílias com as crianças, a vivência de brincadeiras, a apreciação artística em geral, ao contato com a literatura, a oferta de indicações de músicas, estilos e artistas fora do circuito midiático são pertinentes para a ampliação do repertório cultural dos responsáveis. Percebe-se a opção por lançar holofotes a temas caros, substanciais e relevantes para a Educação Infantil. Observa-se a ausência à interação com os elementos da natureza, porém essa ressalva não pode ser realçada, já que a plataforma ainda continuará vigente e, certamente, alimentada com temáticas pertinentes, tal qual as outras até aqui expostas.

Toda orientação às famílias são válidas ao possibilitar a compreensão do que é importante privilegiar na interação com as crianças e contribuir na formação desses parceiros à luz da bagagem pedagógica. Outra virtude que a plataforma apresenta e a de não delegar a função docente para os responsáveis com um simulacro de rotina institucional, pois a vivência da Educação Infantil é possível apenas em contexto coletivo e profissional.

Observa-se também a opção por indicações breves e pontuais sobre os temas indicados anteriormente tratadas especialmente por meio de vídeos. Além de ser um material acessível, a objetividade é oportuna, até porque é notório que na sociedade brasileira assentada em uma cultura machista, o excesso de atividades profissionais, domésticas e de cuidados com as crianças recaem especialmente às mulheres. Isto é, as proposições não podem ser volumosas para não sobrecarregar as famílias e se tornarem apazíveis.

O vídeo de apresentação vem ao encontro dessa observação, pois explicita que o propósito da plataforma é disponibilizar informações, materiais e sugestões de brincadeiras para realizar em casa no período de distanciamento social, justamente para favorecer as interações entre as famílias e as crianças, com a finalidade de possibilitar explorações e descobertas.

Portanto, o objetivo de disponibilizar informações sobre as ações indicadas para é atendido, mas não na proporção dos demais. O material disponibilizado pelo poder público é o não paupável, é uma referência audiovisual. Os

vídeos de brincadeiras cantadas ou cliques musicais presentes na plataforma têm o atributo passar em uma seleção que se distanciou de indicações produzidas pela indústria cultural, pois pertencerem a grupos artísticos que realizam um trabalho reconhecido no território nacional como agentes que difundem a cultura lúdica da infância valorizando a fantasia, a imaginação, a ressignificação dos objetos, as diferentes fontes sonoras, os regionalismos e o folclore, tendo como fio condutor a brincadeira.

Assim sendo, a oferta de material e de brincadeiras presentificam-se de maneira diminuta, já que é enfatizada majoritariamente pelo meio digital, o que é viável economicamente na perspectiva governamental, porém não na realidade das crianças. Crianças são seres de múltiplas linguagens, precisam mais que visualizar, já que não podem interagir com outras pessoas nesse momento de pandemia, precisam ser consideradas em sua integralidade e sensibilidade, precisam tocar, cheirar e experimentar com todas as possibilidades a concretude do que nos rodeia.

As trocas sociais na infância são necessariamente trocas corporais e simbólicas, o que é comprometido pelo alto estímulo ao contato das crianças com as manifestações culturais atravessadas pelo uso das telas, que são inclusive fontes de recomendações de limites e de alertas provenientes da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Até o momento dessa análise aqui realizada a plataforma lida com uma idealização de criança, o que se afasta do que é mais precioso na Educação Infantil: o olhar e a escuta voltada para sujeitos reais e singulares. Em momento algum há a menção de manutenção da memória da instituição que a criança é vinculada ou manutenção do vínculo afetivo entre os colegas e as professoras. Percebe-se o apagamento do que é mais significativo para as crianças e possível de acessar nesse contexto de afastamento: as lembranças das interações com aqueles sujeitos que formam os agrupamentos e práticas sociais, artísticas e culturais próprias à vida institucional.

Se as instituições possuem lista dos nomes das crianças e de profissionais que formam cada agrupamento, acervo fotográfico do trabalho pedagógico desenvolvido, acervo literário próprio e verbas destinadas à aquisição de material pedagógico no curso de seu trabalho, por que não possibilitar o contato com materiais de diferentes proporções, texturas e cores como uma maneira de reportar um fio mnêmico ou mínimo laço com a concretude da vivência institucional de cada criança? Por que não ofertar ao menos gravações em áudio ou vídeo de recados dos profissionais ou canções típicas da rotina de cada grupo de crianças veiculadas com a voz docente?

De fato, é desafiador pensar um trabalho em rede no formato de uma plataforma, contudo, a Educação Infantil requer um olhar diferenciado, que considere sua imensidão, a realidade das instituições, as nuances dos agrupamentos etários e, mais ainda, as relações singulares estabelecidas entre crianças e professores. Uma rede de ensino precisa ser considerada como tal, uma rede, uma trama composta por fios que não são uniformes. Vale ressaltar que a defesa que se faz não é da crítica indiscriminada às tecnologias na vida infantil. As crianças da contemporaneidade são nativas digitais, porém o contato que se recomenda é que seja com quem elas têm conexão real, seus colegas e professores.

Os adultos manifestam seu sofrimento em suas redes de interação, sejam reais ou virtuais. E as crianças? Qual o lugar dado aos seus vínculos nesse momento de ruptura com o convívio coletivo? A esperança é que as famílias, em sua luta pela sobrevivência, tenham um lugar para as vivências qualitativas com suas crianças, que, ao lidarem com o nó do isolamento social, estreitem seus laços familiares e aproveitem o que as proposituras da RME que vão ao encontro de uma concepção de criança potente e singular.

Referências bibliográficas

- Brasil (2009). Ministério da Educação. CNE/CEB. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (em línea). http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192, acesso em 16 de maio de 2020.
- Brasil (2013). Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9694, de 20 de dezembro de 2020, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Seção 1 - 5/4/2013.
- Brasil (2017). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (em línea), acesso em 16 de maio de 2020.
- Brasil, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico vol. 49, nº27, jun. 2018. *Análise Epidemiológica da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, 2011 a 2017* (em línea). <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>, acesso em 16 de maio de 2020.
- Goiânia, Secretaria Municipal de Educação. <http://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola>, acesso em 12 de maio de 2020.
- Tatsch, C., Azevedo, E. (2020). Sociedade Brasileira de Pediatria lança manual com orientações sobre uso de telas e internet. *O Globo*, 12 de fevereiro de 2020. <https://oglobo.globo.com/sociedade/sociedade-brasileira-de-pediatria-lanca-manual-com-orientacoes-sobre-uso-de-telas-internet-24243140>, acesso em 16 de maio de 2020.